

Relatório do Pilar da Governação

Introdução

Ao nível da **Reforma do Sector Público**, é de destacar o recenseamento dos funcionários e agentes do Estado e a aprovação pelo governo dos órgãos de supervisão, monitoria e avaliação da implementação da Estratégia Anti-corrupção. Na área da **Descentralização**, salienta-se progressos na elaboração do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizada, a elaboração e a realização pelo Tribunal Administrativo de auditorias e inspecções ao nível distrital. No **Sector da Justiça** é de realce a diminuição do número de reclusos que aguardam julgamento, a aprovação da Lei sobre a Organização Judiciária, a Lei Orgânica do Ministério Público, o Estatuto do Magistrado. A Lei que cria a Comissão Nacional dos Direitos Humanos foi depositada na Assembleia da Republica. No quadro da legislação prisional, foi concluído o regulamento interno do Serviço Nacional das Prisões.

Na área da Descentralização, falta clareza sobre a Política e Estratégia Nacional de Descentralização. No âmbito da reforma legal, nota-se que o Governo está atrasado no seu próprio calendário de reforma legal e que a conclusão de Código de Processo Penal, do Código Penal, da Lei dos Tribunais Comunitários e da Lei do IPAJ, em elaboração desde 2004, haverá um impacto notável sobre o acesso a justiça. Os parceiros manifestam a sua preocupação a irregularidade da publicação dos dados do Sector sobre combate à corrupção e sobre o facto que nenhum caso de corrupção foi julgado entre 2006 e 2007, o que levanta questões sobre a eficácia dos mecanismos de combate a corrupção. No que diz respeito aos planos sectoriais de anti-corrupção é necessário identificar metas mensuráveis para permitir a monitoria do progresso e a avaliação do impacto destas acções e integrar estes planos no PES 2008.

Comment [U1]: Por clarificar no grupo de redacao

Os parceiros encorajam o Governo a usar os mecanismos estabelecidos para o processo de Revisão Conjunta e o Governo assume o compromisso de trabalhar no sentido de melhorar o diálogo na área da Governação.

1) Notas sobre a execução do orçamento

O 1º semestre mostra uma tendência de execução do orçamento à baixo das metas concordadas para os OLEs e as autarquias (indicador 10). O nível de execução do orçamento no sector de justiça melhorou em comparação com os anos anteriores e está alinhado com o de outros sectores prioritários. Constata-se o ritmo moderado na realização das despesas de investimento. O sector forneceu dados desagregados sobre as despesas do MINT, mas estes não incluem as despesas com pessoal e as despesas de investimento. De referir que a informação sobre as receitas resultantes de prestação de serviços e consignadas para despesas internas ao sector não é reflectido no REO, apesar das instituições do sector enviarem a informação a MF.

2) Indicadores

No momento de redacção do relatório do pilar existe um acordo sobre as metas para 2008 dos seguintes indicadores 11, 12 e 13. Os indicadores 14 e 15 foram reformulados em consenso.

Indicador 10: ver em cima. Para o indicador 11 ainda não está estabelecida o método de verificação. Está em elaboração o regulamento de funcionamento dos CCD's. Neste momento estão sendo programadas visitas conjuntas aos distritos entre o Governo e parceiros para avaliar a qualidade das reuniões dos CCD's.

Tudo indica que o indicador 12 vai ser atingido; tendo sido realizado o recenseamento dos **funcionários e agentes do Estado, de Fevereiro a Abril de 2007**. Actualmente, decorre o processo da validação, com vista a obtenção dos dados finais e início da unificação das bases de dados do MF, TA e ANFP.

No que se refere ao indicador 13, decorrem trabalhos técnicos para a definição de critérios para a criação de novas autarquias e re-delimitação das autarquias.

Na área de justiça não foi possível durante esta revisão avaliar se as metas serão atingidas.

3) Desempenho

No que tange à **Gestão dos Recursos Humanos**, no período em análise, verificaram-se progressos assinaláveis. A finalização do recenseamento, vai facilitar o processo de gestão dos recursos humanos, incluindo a conclusão da reforma salarial e outras reformas tendentes a traír e reter pessoal qualificado, especialmente em sectores chave para a melhoria da prestação de serviços ao cidadão. Para suprir as fragilidades detectadas ao nível dos gestores dos recursos humanos no processo de recenseamento, a ANFP institucionalizou o **fórum de gestores de recursos humanos da função pública**, a nível central, provincial e distrital, com o objectivo de garantir uma maior Integração das acções de gestão e desenvolvimento dos recursos humanos, para além de constituir-se numa plataforma de capacitação e interacção permanente entre os profissionais e gestores dos recursos humanos, que são elemento chave no processo de desenvolvimento institucional. O processo de desenvolvimento da **política salarial** está em curso, com apoio de consultores internacionais. De referir estão em funcionamento os grupos nuclear e de referência, integrando quadros seniores das instituições, que absorvem maior número de funcionários no aparelho do Estado, no âmbito deste trabalho.

No que se refere à **Planificação Descentralizada**, há sinais de progresso no âmbito do Desenho do Novo Programa Nacional, o qual está em fase avançada a formulação, o esboço do documento foi apresentado numa sessão alargada do Comité de Supervisão às Províncias e Distritos, estando prevista para finais de Setembro a discussão do último esboço.

Quanto às **Transferências Centrais às Autarquias**, o Governo fez a proposta de Revisão da Lei 11/97 das Finanças Autárquicas e já se encontra depositada na Assembleia da República para aprovação. Os Critérios que o governo aprovou para a afectação do **Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL)** ao nível dos distritos, são o número de habitantes, área territorial e índice de pobreza, para o caso dos distritos. Durante o primeiro semestre do ano corrente, foram realizadas **Auditorias e Inspeções distritais**. Espera-se que até ao final do ano sejam Auditados pelo menos 83 distritos.

Quanto Política de Descentralização, o Governo apreciou a proposta e recomendou que se elaborasse a Estratégia de Descentralização em Moçambique e, nessa sequência, está em curso a preparação dos termos de referência para a sua elaboração. Os parceiros não estão claros sobre o actual estado de preparação destes instrumentos e sobre a ligação entre os dois

Em relação a % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais com prestação de contas do Governo está em elaboração o regulamento de funcionamento dos CCD's. Neste momento estão sendo programadas visitas conjuntas aos distritos entre o Governo e Parceiros para avaliar a qualidade das reuniões dos CCD's .

Em relação ao desenvolvimento da legislação para a consolidação do processo de descentralização, com principal impacto na melhoria do funcionamento das autarquias locais, notam-se progressos a avaliar pelo volume de dispositivos legais já aprovados.

No **Sector da Justiça**, deve-se notar que o número de casos entrados em 2007, aumentou na ordem de 25% em relação ao ano passado. A média de reclusos aguardando julgamento continua a melhorar ao situar-se em 36 % contra 37 % em igual período no ano passado.

Na reforma legal é de reportar a aprovação da Lei da Organização Judiciária, da qual resultarão entre outros aspectos, mais alargadas as competências dos tribunais distritais, concorrendo assim para aproximação da justiça junto ao cidadão; a Lei Orgânica do Ministério Público e o Estatuto dos Magistrados do Ministério Público que vem melhorar a organização e funcionamento da magistratura do Ministério Público contribuindo para o acesso à justiça. Foi concluída e depositada na Assembleia da República a Proposta de Lei que cria a Comissão Nacional dos Direitos Humanos. Por outro lado, estão em curso a elaboração de diplomas legais constantes do plano legislativo do Sector, constante da matriz em anexo. No âmbito da reforma da legislação prisional é de referir que foi concluído o regulamento interno do SNAPRI.

No âmbito da reforma do Sector está em curso a auscultação pública da Plataforma da Visão da Justiça com o envolvimento dos membros do Comité de Conselheiros, devendo terminar até o final do presente ano, e está na fase de harmonização interna a versão preliminar do Plano Estratégico Integrado, prevendo-se a sua conclusão em Outubro do corrente. Está ainda em desenvolvimento o sistema de gestão processual e de gestão prisional no âmbito do sistema de monitoria e avaliação do Sector da Justiça prevendo-se a sua conclusão até ao final deste ano.

No âmbito da implementação **da Estratégia Anti-corrupção**, foram instituídos os órgãos de Supervisão, Monitoria e Avaliação, nomeadamente os Fóruns Nacional, provinciais e distritais Anti-corrupção e a Comissão Técnica. Foi elaborado o Plano de Acção Nacional de Combate à Corrupção, o qual integra acções específicas do Judiciário e dos Ministérios do Interior, Finanças, Saúde e Educação e Cultura, o qual está sendo aprimorado, em cumprimento da recomendação da última sessão do Fórum Nacional, cuja ênfase vai para necessidade e importância de se identificar metas mensuráveis para permitir a monitoria do progresso e a avaliação do impacto destas acções. Para que haja interacção e comunicação com o público foi criado o site do fórum, cujo endereço é www.forumantecorruptao.gov.mz.

Em relação à prevenção e combate à corrupção foram acusados 13 casos entre Janeiro e Agosto do ano corrente, ao nível do GCCC contra 17 casos acusados entre Janeiro e Outubro do ano passado. Os parceiros manifestam a sua preocupação pela irregularidade da publicação dos dados no âmbito da prevenção e combate à corrupção no país. Nota-se também que os dados fornecidos pelo Sector sobre o número de casos julgados em relação ao número de casos entrados mostra que nenhum caso foi julgado de 2006 até Agosto de 2007. Este facto levanta questões sobre a eficácia dos mecanismos constituídos para o combate à corrupção no país.

Dada a continuidade aos estudos apresentados em Outubro 2006 sobre a integridade dos procuradores, dos magistrados e dos oficiais de justiça, está em curso a elaboração do Plano Nacional de Acção da Integridade do Judiciário.

Como parte dos esforços para garantir a implementação de acções sectoriais de combate à corrupção, as Orientações para a Elaboração das Propostas de Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2008, chamam atenção às instituições do Estado, a todos os níveis sobre a necessidade da Integração no PES-OE 2008 das acções de Combate à corrupção.

De salientar ainda que a implementação efectiva do SISTAFE, do Regulamento de Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado e outras acções podem concorrer para a prevenção e combate à corrupção.